

Já no âmbito dos estudos envolvendo populações humanas contemporâneas, o sexto artigo, escrito por Pedro Da-Gloria e Barbara Piperata, apresenta os resultados de suas pesquisas junto a populações ribeirinhas da Amazônia. O foco do artigo recai sobre os modos de vida dessas populações a partir de uma perspectiva biocultural, ou seja, buscando considerar tanto a biologia como a cultura para compreender a dinâmica comportamental dessas populações. O artigo trata de temas como saúde bucal, medidas corporais, dieta e balanço energético, e, por fim, traça possibilidades de integração de estudos com populações do presente e do passado.

Para encerrar, Letícia Müller e Hilton Silva retomam a história da bioantropologia e o diálogo interdisciplinar, tendo como foco o PPGA/UFGA. Se no primeiro aspecto os autores entrelaçam os fios históricos da antropologia biológica aos níveis mundial, nacional (Brasil) e regional (Pará), no segundo discutem as possibilidades e alcances do modelo institucional dos “quatro campos” [3], há muito presente em outros contextos nacionais, mas que apenas recentemente ganhou materialidade no país.

Dentro do lastro temporal aludido (últimos 60 anos), talvez esta seja a primeira iniciativa no país de reunir e divulgar para um público científico mais amplo o que tem sido feito no âmbito da bioantropologia brasileira. Sendo assim, convidamos os leitores para que incursionem, ainda que de forma introdutória, pelo instigante universo da antropologia biológica feita no país. No mais, agradecemos imensamente à equipe editorial da revista pelo espaço aberto, e a cada um dos autores por suas preciosas e respectivas contribuições, sem as quais essa iniciativa não seria possível.

Verlan Valle Gaspar Neto é professor adjunto do Departamento de Direito, Humanidades e Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ao longo de sua carreira tem se dedicado, entre outros temas, à pesquisa sobre a história da bioantropologia no Brasil.

Pedro Da-Glória é graduado em biologia e doutor em antropologia pela The Ohio State University. Atualmente é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFGA). Tem se dedicado a pesquisas sobre saúde de populações pré-históricas brasileiras e de populações ribeirinhas da Amazônia.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Gaspar Neto, V. V. “Biological anthropology in Brazil: a preliminary overview”. In: *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, 14 (3), e143034, 2017.
2. Larsen, C. S. *Our origins: discovering physical anthropology*. New York: W. W. Norton & Company. 4 ed, 2017.
3. O modelo da antropologia quatro campos (*four-fields anthropology*) corresponde a: (a) uma representação muito comum, notadamente nos Estados Unidos, da antropologia como uma ciência composta por quatro grandes áreas (arqueologia, antropologia sociocultural, antropologia biológica e linguística); (b) arranjos institucionais em que as quatro áreas citadas anteriormente encontram-se reunidas, seja num mesmo departamento, faculdade ou programa de pós-graduação.

ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA: UMA BREVE INCURSÃO HISTÓRICA

Verlan Valle Gaspar Neto

Embora a história da antropologia em geral, e da antropologia biológica em particular, possa ser remontada ao século XVI ou mesmo antes [1], vários estudiosos destacam os séculos XVIII e XIX, nos Estados Unidos e na Europa, como cruciais para a sua consolidação. Naquele momento, os temas da origem e evolução biológica do *Homo sapiens*, assim como o da sua diversidade fenotípica, lida sob um prisma racial e racista, constituíam-se em interesse central para pesquisadores provenientes das mais distintas áreas, com especial destaque para as ciências naturais e a medicina [2]. Grosso modo, para os estudiosos interessados nos temas assinalados anteriormente, a rubrica “antropologia” designaria aqueles estudos que, de alguma forma, contribuíssem para elucidar a história natural do homem, algo como uma ramificação da zoologia. Essa concepção da antropologia enquanto uma ciência natural aparece, por exemplo, no *Memoires D’Anthropologie* (1871), de Paul Broca, um dos mais importantes documentos relativos ao surgimento da antropologia [3].

Após os estudos biológicos capitaneados por Broca e congêneres, emergiram também nos séculos XIX e XX aqueles voltados para a diversidade social, cultural e linguística das diferentes populações humanas, identificados como etnológicos (França), de antropologia social (Inglaterra e outros países europeus) ou cultural (Estados Unidos). No início, tendo como alvo principal os então chamados “povos selvagens ou primitivos” (isto é, não ocidentais e no mais das vezes colonizados), tais estudos tinham como objetivo recolher o máximo possível de informações sobre esses povos, compará-las e, por conseguinte, estabelecer as leis universais que, supostamente, regeriam a “evolução” cultural de toda a humanidade rumo a um destino superior comum: assemelhar-se quase que integralmente à Europa e aos Estados Unidos. Já no século XX, vertentes teóricas na antropologia reagiram fortemente a essas ideias [4, 5].

A atribuição de um mesmo vocábulo, antropologia, a estudos que vão do mapeamento genético ao entendimento das crenças religiosas, passando pela identificação de línguas e registros arqueológicos, para ficarmos em apenas quatro exemplos bastante pontuais, tem sido alvo de reflexões e acalorados debates desde o século XIX, principalmente no que se refere aos arranjos institucionais e às possibilidades (ou não) de diálogo interno entre as suas diferentes especialidades [6, 7 e 8]. Não obstante, invariavelmente a antropologia é internacionalmente concebida como uma ciência composta de pelos menos duas grandes vertentes – uma biológica e outra socio-cultural, como atestam as inúmeras associações, programas de pós-graduação, periódicos, páginas de internet etc. mundo afora [9].

Em consonância com a proposta deste dossiê, neste artigo focamos o percurso histórico da antropologia biológica.

BIOANTROPOLOGIA NO CONTEXTO INTERNACIONAL Como assinalado anteriormente, a trajetória da antropologia biológica remonta aos séculos XVIII e XIX, ou mesmo antes, tendo como centros irradiadores a Europa e os Estados Unidos. Contudo, foi apenas a partir do século XIX, quando ainda era chamada de antropologia física ou simplesmente antropologia, que seu percurso de institucionalização começou a se delinear, primeiro com a criação de associações especializadas e o ganho de espaços em museus de história natural. Posteriormente, com a criação de cadeiras específicas e as diplomações dos primeiros doutores nas universidades. Alhures, os percursos se deram mais ou menos da mesma forma, por vezes concomitantemente ao que se dava nos centros irradiadores, por vezes num momento mais tardio.

Em todo caso, é preciso salientar que, a despeito das idiossincrasias observadas nos percursos históricos da bioantropologia nos mais diversos países ao redor do mundo (por exemplo: Noruega, Japão ou Brasil [10, 11, 12 e 13]), pelo menos quatro aspectos comuns podem ser identificados: a) a centralidade concedida à ideia de “raça” para explicar não apenas a diversidade biológica, mas, também, as diferenças psicológicas e culturais entre as diferentes sociedades humanas, no tempo e no espaço; b) também a recorrência à essa mesma categoria, “raça”, de modo a balizar e orientar discussões e intervenções sociopolíticas em diferentes contextos e escalas – dos projetos de Estados-Nações ao colonialismo; c) a preocupação quase absoluta com a mensuração e descrição dos materiais antropológicos, principalmente crânios; d) as relações conflituosas com as cada vez mais proeminentes proposições teóricas que se desenvolveram na biologia evolutiva a partir do impacto ocasionado pela publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin.

Embora não nos seja possível aqui dissertar mais detalhadamente sobre cada um dos pontos aludidos no parágrafo anterior, é possível afirmar que essa antropologia biológica de forte pendor racial, tipológica e arreada a alguns dos avanços teóricos observados na biologia evolutiva perdurou até mais ou menos meados do século passado, quando o antropólogo norte-americano Sherwood Washburn publicou um artigo que, até hoje, é considerado um marco divisor na história da disciplina [14]. Nele, Washburn defendeu, entre outras coisas, a substituição do viés puramente descritivo e tipológico dos estudos bioantropológicos por uma perspectiva mais explicativa, teoricamente embasada pelas discussões oriundas da biologia evolutiva (principalmente aquelas relacionadas à teoria sintética de evolução proposta nas décadas de 1930 e 1940). Além disso, ele propôs uma maior aproximação com as ciências sociais, para lidar com questões relativas ao papel do ambiente sociocultural sobre os

processos biológicos humanos e, principalmente, a substituição da categoria “raça”, fortemente assentada nas características fenotípicas (cor da pele, tamanho do crânio, textura do cabelo, altura e complexão física etc.), pela categoria “população”, em consonância com seu emprego pelos teóricos evolutivos.

Naturalmente, as proposições contidas no “manifesto” acima mencionado não foram incorporadas de imediato e sem alguma resistência por parte da comunidade antropológica [15]. Tanto na esfera das discussões internacionais, quanto nos âmbitos locais, a passagem de uma antropologia física descritiva para uma antropologia biológica explicativa (leia-se, orientada pelos pressupostos estabelecidos pela teoria sintética da evolução na biologia) tem se dado, desde então, em diferentes ritmos e de diferentes maneiras, nas suas mais diversas especialidades, inclusive no que toca à permanência de certo viés racial da diversidade biológica humana em alguns estudos, mesmo quando centrados exclusivamente em marcadores genéticos [16]. Não obstante, é inegável que as transformações e avanços observados desde então, em um cômputo geral, levam-nos a reconhecer que a bioantropologia contemporânea se distingue sobremaneira daquela surgida ainda no século XVIII, inclusive no Brasil.

Concomitante ao seu desenvolvimento teórico-metodológico e institucional mais geral, ao longo de mais de um século e meio, a antropologia biológica tem se notabilizado pela ampliação de sua diversidade interna. Ao lado da paleoantropologia e da primatologia, que a compõe desde o seu surgimento, são cada vez mais numerosas, entre outras, as frentes de investigação em especialidades como a paleoparasitologia e a paleoepidemiologia, a antropologia forense, a antropologia biomédica, a bioar-

queologia e a genética de populações humanas [2, 13, 17], algumas das quais contempladas neste dossiê.

HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO BRASIL No Brasil, as pesquisas biológicas em antropologia remontam à primeira metade do século XIX, mais precisamente aos estudos conduzidos na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, pelo naturalista dinamarquês Peter Lund. Os fósseis humanos encontrados por Lund, e que figuram entre os mais antigos do continente americano, serviram de base para o desenvolvimento da arqueologia e paleontologia no país e, até hoje, são alvo de interesse da comunidade antropológica internacional, dada a sua centralidade para o entendimento do processo de povoamento humano das Américas [1, 18].

Mas os primórdios da antropologia biológica em terras brasileiras não se resumem aos estudos envolvendo populações pretéritas. No século XIX já estavam em curso, também, diversos estudos envolvendo populações vivas, tendo como mote principal a composição racial do país e o seu futuro enquanto nação. Com efeito, foi na passagem do século XIX para o século XX que as teorias raciais

TRANSFORMAÇÕES E AVANÇOS DISTINGUEM A BIOANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA DAQUELA SURGIDA NO SÉCULO XVIII

e racistas da antropologia biológica, sobretudo no que concerne ao “problema” da miscigenação entre diferentes “raças”, foram amplamente discutidas nos âmbitos acadêmico e político nacionais, como atesta a farta literatura sobre o assunto [1, 12, 13, 16, 19, 20, 21]. Não obstante, para além dos tópicos assinalados acima, também a partir desse período, estendendo-se até meados do século passado, ver-se-iam desenvolver, entre outros, estudos sobre o crescimento físico de crianças e a saúde de populações específicas, além daqueles em interface com a arqueologia [22, 23, 24, 25].

Um aspecto interessante com relação ao desenvolvimento da antropologia biológica no Brasil é que, diferentemente dos movimentos de transformação observados em outros contextos a partir dos anos 1950, ela permaneceu, em parte, basicamente fiel aos modelos descritivos, tipológicos e raciais do século XIX até mais ou menos os anos 1980/1990 – ao menos no âmbito dos estudos morfológicos. Esse descompasso frente ao que se observava no exterior, foi, inclusive, alvo de severas críticas à época [13, 26, 27, 28]. No que se refere aos estudos moleculares, a genética de populações humanas ganhou forte impulso a partir dos anos 1950, passando a responder, em boa medida, pelos estudos de antropologia biológica mais sofisticados no país, com especial ênfase na estrutura genética da população brasileira [13, 16, 29].

Esse duplo percurso experimentado pela bioantropologia brasileira a partir dos anos 1950, naturalmente, teve ressonância no plano institucional, especialmente no que se refere à formação e treinamento de quadros. O primeiro nicho institucional da antropologia biológica no Brasil foi o Museu Nacional, ainda no século XIX, onde gozava de grande prestígio [1]. Na passagem do século XIX para o século XX, ela encontrou abrigo, também, nas escolas e faculdades de medicina, como as da Bahia e de São Paulo, mesmo sem contar com cursos de formação específica [25]. Além, disso, durante décadas, foi disciplina obrigatória em muitos cursos de graduação no país [1]. Não obstante, os vários aspectos concernentes à sua trajetória, já apontados neste artigo, contribuíram para o seu declínio institucional e para uma crescente dificuldade de se inserir/permanecer nos espaços de formação e treinamento em antropologia no Brasil. Assim sendo, e como aparece nos testemunhos de alguns profissionais ligados à área no país [30], entre os anos 1950 e 1990 a bioantropologia quase se extinguiu no país. Salvo exceções, como o Departamento de Antropologia do Museu Nacional, do período aludido até há alguns anos, seu desenvolvimento institucional se deu fora do que se poderia chamar de “campo da antropologia no Brasil”, notadamente nos cursos/departamentos/programas nas áreas da saúde e das ciências biológicas, e recentemente na arqueologia.

A despeito dos percalços experimentados ao longo do século XX, tem-se observado, mais recentemente, um paulatino re florescimento da área no Brasil, ainda que dentro dos moldes institucionais aqui relatados [1, 13, 17, 25, 31]. Esse fenômeno pode ser aquilatado, por exemplo, pela criação, em 2010, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará

(PPGA-UFPA), em que a bioantropologia, ao lado da arqueologia e da antropologia sociocultural, aparece como uma das áreas de concentração em níveis de mestrado e doutorado. Trata-se de iniciativa inédita dentro da história da antropologia como um todo no país. Soma-se a isso o fato de os profissionais que se apresentam como atuantes em antropologia biológica no Brasil, com ou sem formação específica e nas mais distintas especialidades, terem uma ampla produção acadêmica disseminada nos mais proeminentes periódicos de antropologia internacionais [1, 30].

CONSIDERAÇÕES FINAIS A reconstituição histórica de uma área científica multifacetada e com uma trajetória de mais de um século, como a antropologia biológica, num pequeno artigo de divulgação, esbarra, naturalmente, em várias limitações. Nem todos os aspectos dessa história podem ser contemplados, assim como o tratamento conferido àqueles que o foram acaba sendo um pouco limitado. Há de se considerar ainda a necessidade de mais estudos históricos dedicados a lançar novas luzes sobre o que já se conseguiu resgatar. Não obstante todos esses fatores, este artigo apresentou ao leitor menos familiarizado com a vertente biológica da antropologia alguns dos principais pontos relativos à sua trajetória, tanto no país quanto alhures. Portanto, ao lado dos demais artigos que compõem este dossiê, espera-se que os elementos aqui disponibilizados se afigurem como uma contribuição para uma maior visibilidade da antropologia biológica feita no Brasil.

Verlan Valle Gaspar Neto é professor adjunto do Departamento de Direito, Humanidades e Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ao longo de sua carreira tem se dedicado, entre outros temas, à pesquisa sobre a história da bioantropologia no Brasil.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Ver o artigo de Müller e Silva neste dossiê.
2. Little, M. A.; Sussman, R. W. “History of biological anthropology”. In: Larsen, C. S. (ed.). *A companion to biological anthropology*. West Sussex: Wiley-Blackwell, pp. 13-38, 2010.
3. Broca, P. *Memoires D’Anthropologie*. Tomes 1 et 2. Paris: C. Reinwald et Cie. 1871. Broca é considerado um dos fundadores da antropologia. Havendo criado a Sociedade Parisiense de Antropologia em 1859, a primeira do gênero no mundo, ele se tornou uma referência incontornável, por praticamente todo o século XIX, nos estudos biológicos em antropologia, a ponto de se falar numa “Escola de Broca”.
4. Barnard, A. *History and theory in anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
5. Castro, C. *Evolucionismo cultural - textos de Morgan, Tylor e Frazer*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
6. Segal, D. A.; Yanagisako, S. J. (eds). *Unwrapping the sacred bundle: reflections on the disciplining of anthropology*. Durham and London: Duke University Press. 2005.
7. Ingold, T.; Palsson, G. (eds.). *Biosocial becoming - integrating social*

- and biological anthropology. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
8. Fuentes, A.; Wiessner, P. "Reintegrating anthropology: from inside out". In: *Current Anthropology*, 57 (suppl. 13), pp. S3-S12, 2016.
 9. Exemplos emblemáticos disso podem ser vistos na página eletrônica da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), cujo último congresso foi sediado no Brasil, em 2018; na página eletrônica da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, a mais importante agência de fomento e divulgação de pesquisas em antropologia no mundo; e na linha editorial de *Current Anthropology*, um dos mais prestigiosos periódicos de antropologia na arena internacional.
 10. Kyllingstad, J. R. "Norwegian physical anthropology and the idea of a nordic master race". In: *Current Anthropology*, 53 (suppl. 5), p.S-46-S56, 2012.
 11. Low, M. "Physical anthropology in Japan: the Ainu and the search for the origins of the Japanese". In: *Current Anthropology*, 53 (suppl. 5), pp. S57-S68, 2012.
 12. Santos, R. V.; Kent, M.; Gaspar Neto, V. V. "From degeneration to meeting point: historical views on race, mixture, and the biological diversity of the Brazilian population". In: Wade, P.; Beltrán, C. L.; Restrepo, E.; Santos, R. V. (eds.). *Mestizo genomics - race, nation, and science in Latin America*. Durham and London: Duke University Press, pp. 33-54, 2014.
 13. Gaspar Neto, V. V. "Contributions to a historical review of biological anthropology in Brazil from the second half of the twentieth century". In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, 12 (2), pp. 517-533, 2017.
 14. Washburn, S. L. "The new physical anthropology". In: *Transactions of the New York Academy of Science*, [s.l.], 13. pp. 298-304, 1951. (Séries II).
 15. Fuentes, A. "The new biological anthropology: bringing Washburn's new physical anthropology into 2010 and beyond - the 2008 AAPA Luncheon Lecture". In: *Yearbook of physical anthropology*, 53, pp. 2-12, 2010.
 16. Santos, R. V. "Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX". In: Maio, M. C.; Santos, R. V. (orgs.). In: *Raça, ciências e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, pp. 125-137, 1996.
 17. Salzano, F. M. "Biological anthropology in Brazil: the last two decades". In: *International Journal of Anthropology*, [s.l.], 28 (2-3), pp. 135-148, 2013.
 18. Da-Glória, P.; Neves, W. A.; Hubbe, M. (eds.). *Archaeological and paleontological research in Lagoa Santa - the quest for the first Americans*. Cham: Springer, 2017.
 19. Schwarcz, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
 20. Lima, N. T.; Sá, D. M. de. *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
 21. Diwan, P. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
 22. Gonçalves, A. da S.; Maio, M. C.; Santos, R. V. "Entre o laboratório de antropometria e a escola: a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930". In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. 7 (3), pp. 671-686, 2012.
 23. Gonçalves, A. da S. "José Bastos de Ávila e as pesquisas em antropologia física no Museu Nacional (1928-1938)". 2011. 124 f. Dissertação (mestrado em história das ciências e da saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
 24. Santos, R. V. "Crescimento físico e estado nutricional de populações indígenas brasileiras". In: *Cadernos de Saúde Pública*, 9. pp. 46-57, 1993, suplemento 1.
 25. Para o histórico das relações entre antropologia biológica e arqueologia no Brasil, ver o artigo de Mendonça de Souza, neste dossiê.
 26. Castro Faria, L. de. "Dez anos após a primeira reunião brasileira de antropologia". In: *Antropologia - escritos exumados: espaço circunscrito- tempos soltos*. Niterói: EdUFF, 1998. pp. 27-54. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 13).
 27. Fernandes, F. "Nota da editora". In: Mussolini, Gioconda (ed.). *Evolução, raça e cultura*. São Paulo: Nacional/USP, 1969, pp. XI-XVIII.
 28. Neves, W. A.; Atui, J. P. V. "O mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas". In: *Revista de Antropologia*, 47 (1) pp. 159-206, 2004.
 29. Parte da história da genética de populações humanas no Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, pode ser contemplada no artigo de Bortolini, neste dossiê.
 30. Gaspar Neto, V. V. "Biological anthropology in Brazil: a preliminary overview". In: *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14 (3), e143034, 2017.
 31. A antropologia forense também pode ser aqui mencionada, como aparece no artigo de Cunha, neste dossiê.